



Paraná Clínicas

Uma empresa SulAmérica

PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S/A.
CNPJ 76.717.040/0001-10
Av. Getúlio Vargas, 3201
Água Verde - Curitiba - PR

ANS - n.º 350141

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. ("Companhia") referentes ao exercício social findo em 31/12/2021. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da legislação societária, além das normas aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram

apresentadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo plano de contas Resolução Normativa (RN) nº 435 e alterações subsequentes. Em 2021, a Companhia apresentou R\$215,3 milhões em prêmios ganhos de planos de assistência à saúde, aumento de 9,4% em relação ao exercício anterior. Os sinistros retidos somaram R\$184,8 milhões, piora de 26,0% na comparação com 2020. O resultado bruto foi de R\$29,9 milhões, 42,9% inferior ao reportado no exercício anterior. Em 2021, o lucro líquido da Companhia somou R\$4,3 milhões, frente a R\$17,2 milhões no exercício de 2020. Curitiba, 28 de março de 2022.

A ADMINISTRAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S/A com sede em Avenida Getúlio Vargas, nº 3201, na cidade de Curitiba - tem por objeto social, nos termos da Lei 9.656/1998, a operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, exclusivamente nas modalidades coletiva empresarial e por adesão. A operadora está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 35.014-1.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de Apresentação

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e alterações Leis 11.638/07 e 11.941/09, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo plano de contas Resolução Normativa (RN) nº 435 e alterações subsequentes. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Administração em 28 de março de 2022.

2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis exigem que a administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas, com base em estimativas e premissas, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua, sendo reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros. Dentre as principais estão:

- avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- provisão para perdas sobre créditos;
- recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidas;
- teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- provisões técnicas; e
- provisões judiciais.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os saldos foram arredondados para a milhar mais próxima.

2.4 Normas/Pronunciamentos Novos

Normas ANS - Resolução Normativa (RN) nº 472/2021

A Resolução Normativa 472, que revoga a RN 435/2018, foi emitida pela ANS em 29/09/2021, com início de vigência em 01/10/2022, e delibera sobre Plano de Contas e divulgação em geral.

A Companhia analisou a norma e constatou que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.5 Principais Práticas Contábeis

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas operações. Com a aplicação desse regime, o reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independe do seu efetivo recebimento ou pagamento.

As principais práticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

2.5.1 Apuração do Resultado

a) **Receita:** As Contraprestações Efetivas Ganhas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pro rata dia, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos.

b) **Custo:** Os Eventos Indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Parte dessas faturas não é apresentada dentro do período da sua competência, porém, estes eventos são registrados mediante constituição de Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA).

2.5.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Neste sentido, considera-se equivalentes de caixa, o caixa e saldos bancários em conta movimento.

2.5.3 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras registradas são avaliadas ao seu valor justo, demonstradas ao custo de aplicação, acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Companhia constituiu ativos garantidores com base em aplicações financeiras para lastrear provisões técnicas, sua movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

2.5.4 Contraprestações Pecuniárias a Receber

Mantidas no balanço e registradas pelo valor nominal dos títulos que representam esses créditos, em contrapartida a:

Preços preestabelecidos - provisão para prêmios e contraprestação não ganhas, no passivo circulante e posteriormente para a conta de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

A provisão para perdas sobre créditos de sua carteira, contraprestação efetiva, é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos em operações com planos de assistência à saúde. Constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias de planos coletivos, e há mais de 60 dias de planos individuais.

A Companhia através de sua administração, revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à efetiva evolução da inadimplência.

2.5.5 Despesas Diferidas

O saldo diferido, é representado por Comissões/Agenciamentos, que serão baixadas à medida que for decorrendo o prazo de permanência, apropriando-se ao resultado. Como a Operadora não possui estudo atuarial próprio, considera-se o prazo de permanência de 12 meses, conforme orientação da ANS (RN 435, atualizada pela RN 472).

2.5.6 Investimentos

Os Investimentos em Participações Societárias são registrados pelo custo de aquisição, os demais investimentos são aplicável, estão a valor de mercado.

2.5.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, exceto para terrenos.

2.5.8 Intangível

Encontram-se registrados ao custo de aquisição, e posteriormente deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida pelo método linear, e leva em consideração a vida útil estimada destes ativos.

2.5.9 Valor Recuperável de Ativos

A Administração revisa o valor contábil líquido dos seus ativos, tendo como objetivo de avaliar possíveis eventos que possam indicar perda de seu valor.

2.5.10 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Representada por provisões para garantia das obrigações contratuais, calculada com base nos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em conformidade com a RN 393/2015, RN 442/2018 e atualizações posteriores.

a) Eventos a Liquidar com Operações de Assistência à Saúde - Representados por eventos passados, devidamente notificados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde, recebidos até 31/12/2021, como: exames, consultas, honorários médicos, internações. Eventos a Liquidar ao SUS são contabilizados com base nos valores demonstrados no sítio da ANS.

b) PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - (Nota Técnica Atuarial de Provisão - NTPA) é emitida e de responsabilidade da Atuarial Manuelle Maggessi Garcez MIBA/MTPS/2244, aprovada pela ANS em 29/mar/2009 - Ofício ANS nº 786/2009/GG/AME/DIOPE/ANS/MS.

c) A Provisão de Remissão é realizada para garantir as obrigações decorrentes de cláusulas contratuais de remissão concernente à cobertura de assistência à saúde, elaborada com base na RN 393/2015 e alterações, pela consultoria contratada pela operadora;

d) A APCNG é constituída a partir de 01/jan./2013, tendo origem do início de vigência ou da emissão da nota fiscal, o que vir a ocorrer primeiro e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, considerando o risco decorrido, com finalidade de registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime contábil de competência.

e) A PEONA SUS (RN nº 393/2015 e RN nº 442/2018), deveria a sua constituição, ocorrer mensalmente, a partir de janeiro de 2020. O prazo final para a sua realização será de um período de trinta e seis meses. Para a data de 31/12/2021, a operadora constituiu a provisão integral desta obrigação.

2.5.11 Empréstimos e Financiamentos

São contabilizados pelo valor do principal, acrescidos quando aplicável, dos respectivos encargos e variações auferidos e/ou incorridos até a data do balanço.

2.5.12 Tributos e Encargos Sociais a Recolher

A empresa tem como regime de apuração fiscal o lucro real anual. O imposto de renda foi calculado e provisionado sobre o lucro tributável, pela alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 20.000,00 no mês e a contribuição social foi calculada sobre o lucro pela alíquota de 9%.

2.5.13 Provisão para Férias e Encargos

A provisão de férias e seus respectivos encargos, foi constituída para cobertura de férias vencidas e proporcionais por direito adquirido apropriados até a data do balanço.

2.5.14 Passivos Contingentes

As provisões são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os valores envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

2.5.15 Testes de Adequação de Passivos - TAP

Seguindo a exigência da RN nº 435/2018, realizamos o Teste de Adequação de Passivo, para as demonstrações financeiras do exercício de 2021. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste. Para a realização do TAP, os contratos são segregados, entre as modalidades:

(i) individual, (ii) coletiva (adesão e empresarial). O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das receitas e das despesas futuras, deduzida dos custos de aquisição diferidos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. A estimativa de sobrevivência utilizada é a tabela BR-EMS 2015 e as estimativas de cancelamento, inflação médica e reajuste de prêmios foram baseados nos dados da experiência da Companhia. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para a modalidade (ii) coletiva, o resultado do LAT demonstra adequação, não apresentando resultado negativo. Já para a modalidade (i) individual, o resultado do LAT apresentou insuficiência de R\$ 3.830.335,68, entretanto sendo compensada com a modalidade (ii) coletiva.

3. DISPONÍVEL

Trata-se de valores monetários disponíveis em conta corrente bancária, ou em poder da empresa, assim distribuídos:

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

ATIVO	2021		2020		PASSIVO	2021		2020	
ATIVO					PASSIVO				
ATIVO CIRCULANTE	87.830.961,10	87.394.930,71	87.394.930,71	87.394.930,71	PASSIVO CIRCULANTE	60.631.857,04	49.020.028,67	49.020.028,67	49.020.028,67
Disponível	1.545.168,66	2.092.633,90	2.092.633,90	2.092.633,90	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	47.185.888,88	37.527.123,42	37.527.123,42	37.527.123,42
Realizável	86.286.792,44	85.302.296,81	85.302.296,81	85.302.296,81	Provisões de Contraprestações	32.837,76	59.822,82	59.822,82	59.822,82
Aplicações Financeiras	69.328.533,11	77.600.704,45	77.600.704,45	77.600.704,45	Provisão para Remissão	32.837,76	59.822,82	59.822,82	59.822,82
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	45.021.210,56	55.841.202,28	55.841.202,28	55.841.202,28	Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	8.254.891,12	9.785.086,45	9.785.086,45	9.785.086,45
Aplicações Livres	24.307.322,55	21.759.502,17	21.759.502,17	21.759.502,17	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	28.634.988,21	19.011.116,07	19.011.116,07	19.011.116,07
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7.084.993,30	4.439.667,88	4.439.667,88	4.439.667,88	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	10.263.171,79	8.671.298,08	8.671.298,08	8.671.298,08
Contraprestação Pecuniária a Receber	5.760.466,17	3.141.140,98	3.141.140,98	3.141.140,98	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	3.443.234,52	3.726.759,04	3.726.759,04	3.726.759,04
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis	1.324.527,13	474.763,82	474.763,82	474.763,82	Comercialização sobre Operações	227.317,79	283.285,00	283.285,00	283.285,00
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	0,00	351.145,76	351.145,76	351.145,76	Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	156.285,76	142.422,21	142.422,21	142.422,21
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	0,00	472.617,32	472.617,32	472.617,32	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	3.059.630,97	3.301.051,83	3.301.051,83	3.301.051,83
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	139.559,72	30.446,33	30.446,33	30.446,33	Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	0,00	125.142,79	125.142,79	125.142,79
Despesas Diferidas	2.033.216,14	63.295,00	63.295,00	63.295,00	Provisões	848.054,08	988.125,66	988.125,66	988.125,66
Créditos Tributários e Previdenciários	2.793.903,77	1.078.001,67	1.078.001,67	1.078.001,67	Provisão para IR e CSSL	848.054,08	988.125,66	988.125,66	988.125,66
Bens e Títulos a Receber	4.905.586,40	2.086.915,44	2.086.915,44	2.086.915,44	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	2.531.293,55	1.661.757,05	1.661.757,05	1.661.757,05
Despesas Antecipadas	0,00	3.266,04	3.266,04	3.266,04	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	865.381,95	363.388,31	363.388,31	363.388,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE	64.824.786,91	30.785.318,56	30.785.318,56	30.785.318,56	Débitos Diversos	5.758.004,06	4.672.732,30	4.672.732,30	4.672.732,30
Realizável a Longo Prazo	26.147.163,88	21.700.666,65	21.700.666,65	21.700.666,65	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	24.880.926,03	21.401.262,60	21.401.262,60	21.401.262,60
Créditos Tributários e Previdenciários	2.406.816,02	1.987.075,64	1.987.075,64	1.987.075,64	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	5.026.299,94	5.491.595,24	5.491.595,24	5.491.595,24
Ativo Fiscal Diferido	6.487.363,93	3.397.821,53	3.397.821,53	3.397.821,53	Provisão para Remissão	5.280,67	6.569,87	6.569,87	6.569,87
Depósitos Judiciais e Fiscais	17.252.983,93	16.315.759,48	16.315.759,48	16.315.759,48	Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	5.021.019,27	5.485.025,37	5.485.025,37	5.485.025,37
Investimentos	3.713,61	3.713,61	3.713,61	3.713,61	Provisões	17.967.721,53	14.845.327,06	14.845.327,06	14.845.327,06
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.713,61	3.713,61	3.713,61	3.713,61	Provisões para Tributos Diferidos	714.369,23	0,00	0,00	0,00
Participações Societárias em Rede Assistencial	3.713,61	3.713,61	3.713,61	3.713,61	Provisões para Ações Judiciais	17.253.352,30	14.845.327,06	14.845.327,06	14.845.327,06
Imobilizado	23.838.013,50	8.023.778,29	8.023.778,29	8.023.778,29	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	1.660.520,58	670.440,27	670.440,27	670.440,27
Imóveis de Uso Próprio	16.436.635,39	2.786.525,34	2.786.525,34	2.786.525,34	Débitos Diversos	226.383,98	393.899,93	393.899,93	393.899,93
Imóveis - Não Hospitalares	16.436.635,39	2.786.525,34	2.786.525,34	2.786.525,34	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.142.964,94	47.768.958,20	47.768.958,20	47.768.958,20
Imobilizado de Uso Próprio	7.401.378,11	5.148.684,98	5.148.684,98	5.148.684,98	Capital Social	51.305.798,74	35.200.000,00	35.200.000,00	35.200.000,00
Imobilizado - Hospitalares	1.422.962,29	602.305,33	602.305,33	602.305,33	Reservas	15.845.461,91	12.567.253,91	12.567.253,91	12.567.253,91
Imobilizado - Não Hospitalares	5.978.415,82	4.546.379,65	4.546.379,65	4.546.379,65	Reservas de Lucros	15.845.461,91	12.567.253,91	12.567.253,91	12.567.253,91
Imobilizações em Curso	0,00	88.567,97	88.567,97	88.567,97	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-8.295,71	-8.295,71	-8.295,71	-8.295,71
Intangível	14.835.895,92	1.057.170,01	1.057.170,01	1.057.170,01	TOTAL DO PASSIVO	162.665.748,01	118.180.249,27	118.180.249,27	118.180.249,27
TOTAL DO ATIVO	162.665.748,01	118.180.249,27	118.180.249,27	118.180.249,27					

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

|--|--|

4. APLICAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras, estavam assim apresentadas:

	Exercícios	
	2021	2020
a) Garantidoras de Provisões Técnicas		
Títulos de Renda Fixa - Privados	45.021.210,56	55.841.202,28
Subtotal	45.021.210,56	55.841.202,28
b) Aplicações Livres		
Títulos de Renda Fixa - Privados	24.297.179,45	21.749.359,07
Títulos de Renda Variável	10.143,10	10.143,10
Subtotal	24.307.322,55	21.759.502,17
TOTAL	69.328.533,11	77.600.704,45

5. OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE A RECEBER

O saldo de contas a receber de clientes se refere as operações relacionadas com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência à saúde, gerados pelas operações da Companhia.

	Exercícios	
	2021	2020
Planos médico-hospitalares		
Planos Coletivos	8.947.274,35	5.640.773,60
Planos Individuais	94.310,96	87.830,41
Coparticipação	1.324.527,13	474.763,82
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	0,00	351.145,76
Outros Créditos Operações Assist. Médico (a)	0,00	472.617,32
Subtotal	10.366.112,44	7.027.130,91
(-) PPSC	(3.281.119,14)	(2.587.463,03)
Total líquido	7.084.993,30	4.439.667,88

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Exercícios	
	2021	2020
Imposto de Renda	2.060.666,51	760.479,72
Contribuição S/ Sobre o Lucro Líquido	659.752,73	244.577,52
Créditos de PIS e COFINS	73.484,53	71.880,98
Outros Créditos Trib. e Prev.	0,00	1.063,45
Total	2.793.903,77	1.078.001,67

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

O saldo é composto pelas seguintes contas:

	Exercícios	
	2021	2020
Estoques	1.817.776,12	1.534.657,89
Adiantamentos	3.086.756,15	552.257,55
Outros Bens e Títulos a Receber	1.054,13	0,00
TOTAL	4.905.586,40	2.086.915,44

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – Não Circulante – Realizável a Longo Prazo

É representado pelas seguintes contas:

	Exercícios	
	2021	2020
Créditos Tributários		
Créditos de PIS (a)	336.436,64	277.763,26
Créditos de COFINS (a)	2.070.379,38	1.709.312,38
TOTAL	2.406.816,02	1.987.075,64

(a) Créditos tributários de PIS e COFINS, calculados sobre provisão de eventos/sinistros a liquidar PEONA.

9. ATIVO FISCAL DIFERIDO – Não Circulante – Realizável a Longo Prazo

É representado pelas seguintes contas:

	Exercícios	
	2021	2020
Créditos Tributários		
IR Dif. Temporais (a)	5.352.785,78	2.492.938,54
CS Dif. Temporais (a)	1.134.578,15	904.882,99
TOTAL	6.487.363,93	3.397.821,53

(a) Os valores diferidos de imposto de renda e contribuição social, sobre diferenças temporais, são constituídos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

10. DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS – Não Circulante – Realizável a Longo Prazo

Abaixo destacamos a origem para os quais a Companhia efetuou os depósitos judiciais:

	Exercícios	
	2021	2020
Depósitos Judiciais		
Dep. Judiciais/Cíveis (a)	309.192,46	291.230,03
Dep. Judiciais Trabalhistas/Enc. Sociais (b)	12.097.683,18	10.955.943,27
Dep. Judiciais - SUS (c)	4.846.108,29	5.068.586,18
TOTAL	17.252.983,93	16.315.759,48

(a) Corresponde a depósitos judiciais e tem como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexistibilidade de débito e execução indenizatória.

(b) Depósitos efetuados pela Companhia para suprir questionamentos de contingências de natureza trabalhista e danos morais; Depósitos judiciais de encargos sociais, com base nos Autos nº 5007086-85.2010.404.7000 de Mandado de Segurança Preventivo - 6ª Vara Federal Civil de Curitiba, a Paraná Clínicas.

(c) A Companhia questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a título de Ressarcimento ao SUS, que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98.

11. IMOBILIZADO

	Exercícios			
	2021		2020	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp. (a)	17.862.436,96	(1.425.801,57)	16.436.635,39	2.786.525,34
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.	5.116.570,51	(3.693.808,22)	1.422.762,29	602.305,33
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp	17.676.255,73	(11.697.839,91)	5.978.415,82	4.546.379,65
Imobilizado em Construção	0,00	0,00	0,00	88.567,97
Total	40.655.263,20	(16.817.249,70)	23.838.015,50	8.023.778,29

(a) No exercício de 2021, foi realizado investimento com a implantação da Unidade São José dos Pinhais-PR (Terreno R\$ 5.000.000,00; Edificações R\$ 8.922.461,89).

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a depreciação de ativos. O montante de depreciação apurada no exercício é registrada no resultado nas rubricas "Eventos indenizáveis líquidos" e "Despesas administrativas".

Não foi identificado pela administração eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil para os itens apresentados no ativo imobilizado.

12. INTANGÍVEL

Representado pelas seguintes contas:

	Exercícios			
	2021		2020	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de Carteira(a) (a)	14.400.000,00	(299.880,00)	14.100.120,00	0,00
Software	3.046.107,33	(2.311.256,93)	734.850,40	1.056.244,49
Marcas e Patentes	925,52	0,00	925,52	925,52
Total	17.447.032,85	(2.611.136,93)	14.836.886,92	1.057.170,01

(a) Aquisição da carteira da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa em 19/03/2021, no valor de R\$ 14,4 milhões (Nota Explicativa 29).

Os ativos intangíveis estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o seu valor de recuperação.

O montante de amortização apurada no exercício é registrada no resultado nas rubricas "Eventos indenizáveis líquidos" e "Despesas administrativas".

Não foi identificado pela administração eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil para os itens apresentados no ativo imobilizado.

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As Provisões Técnicas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, decorrente de um evento passado, em que há uma indicação provável que benefícios econômicos sejam utilizados para liquidar a obrigação, tendo uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser constituída. Em decorrência da atividade operacional da Companhia, algumas provisões são requeridas, conforme abaixo:

	Exercícios	
	2021	2020
Provisão p/Eventos (a)	32.837,76	59.622,82
Provisão p/Eventos a Liquidar – SUS (b)	8.254.891,12	9.785.086,45
Prov. p/Eventos a Liquidar (c)	28.634.988,21	19.011.116,07
Prov. p/Eventos Ocorridos e não Avisados PEONA (d)	8.117.021,79	6.743.532,08
Provisão p/ PEONA – SUS (e)	2.146.150,00	1.927.766,00
TOTAL	47.185.888,88	37.627.123,42

(a) A provisão de remissão é constituída sobre os contratos de beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações por um período conforme cobertura prevista em contrato, registrada mediante nota técnica e laudo atuarial.

(b) A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde representa os custos de atendimentos e assistência dos seus beneficiários que recorrem a atendimento à saúde pública. As operadoras devem registrar em sua escrituração contábil na rubrica "Sistema Único de Saúde – SUS" o ressarcimento ao SUS, a obrigação ocorre sob rubrica "Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS" no passivo circulante e não circulante (nota 19, montante de R\$ 13.275.910,39).

(c) A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços pelo valor integral informado dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, atualizadas pelas RNs 322/2013 já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro é 435/2018).

(d) A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para cobertura dos eventos ocorridos e não avisados, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018, calculada com base em nota técnica atuarial submetida a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

(e) A provisão de eventos ocorridos e não avisados no SUS – PEONA SUS – reflete uma estimativa de valor de eventos/sinistros ocorridos na rede assistencial do Sistema SUS e que não tenham ainda sido avisados. Regulamentada pela Resolução Normativa (RN) 442/2018, em vigor desde 01/jan.2020. O provisionamento feito pela Operadora é feito com base nas informações disponibilizadas mensalmente no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Exercícios	
	2021	2020
Comissões a Pagar	227.317,79	283.285,00
Operadoras de Plano de Assist. a Saúde	156.285,76	142.422,21
Outros Débitos de Planos de Assist. Saúde	3.059.630,97	3.301.051,83
TOTAL	3.443.234,52	3.726.759,04

15. PROVISÕES

	Exercícios	
	2021	2020
Provisão de IR	587.493,53	692.158,80
Provisão de CSLL	260.560,55	295.966,86
TOTAL	848.054,08	988.125,66

A Companhia adota o regime Lucro Real anual para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, após o lucro líquido são realizados ajustes de acordo com a legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

O saldo é composto pelas contas abaixo:

	Exercícios	
	2021	2020
Imposto Sobre Serviços – ISS	519.855,39	261.816,77
Contribuições Previdenciárias	341.981,72	335.723,57
FGTS a Recolher	136.970,29	124.262,29
COFINS e PIS	426.530,75	228.403,75
Outros Impostos e Contribuições	3.117,61	2.592,28
Retenções de Impostos e Contribuições	1.102.837,79	708.958,39
TOTAL	2.631.293,56	1.661.787,05

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

	Exercícios	
	2021	2020
Leasing – Aquisição de Ativos Fixos	2.525.902,53	1.033.828,58
Total	2.525.902,53	1.033.828,58
Circulante	865.381,95	363.388,31
Não Circulante	1.660.520,58	670.440,27

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos encontram-se registrados próximo ao seu valor justo.

18. DÉBITOS DIVERSOS

	Exercícios	
	2021	2020
Salários a Pagar	879.391,30	804.254,28
Provisão de Férias	2.230.050,72	1.930.109,98
Multas Administrativas	59.534,28	57.579,48
Lucros Destinados a Distribuição Acionistas	1.021.081,18	1.705.792,38
Outros Débitos	1.567.946,58	129.996,18
TOTAL	6.788.004,06	4.627.732,30

19. PROVISÕES TÉCNICAS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	Exercícios	
	2021	2020
Provisão para Remissão	5.280,67	6.569,87
Provisão Eventos/Sinistros Liq. SUS – Parc.(a)	174.910,98	416.439,18
Depósitos Judiciais Ressarcimento ao SUS (a)	4.846.108,29	5.068.586,19
TOTAL	6.026.299,94	6.491.595,24

(a) Nota 13 (b)

20. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	Exercícios	
	2021	2020
Provisão para Ações Jud. Tributárias (a)	1.264.211,07	0,00
Provisão para Ações Cíveis (b)	1.172.665,01	957.620,57
Provisão Ações Trabalhistas (c)	14.726.406,00	13.800.991,62
Provisão para Multas ANS	89.870,22	86.714,87
TOTAL	17.263.352,30	14.845.327,06

(a) A Companhia questiona o Termo de Ação Fiscal nº 01-112562/2018 da Prefeitura Municipal de Curitiba, referente cobrança do Imposto Sobre Serviço – ISS.

(b) A Companhia possui ações judiciais oriundas de beneficiários do Plano de Saúde, relacionadas com carência, procedimentos não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS, reajustes, manutenção de beneficiário, dentre outras. Os valores das Provisões foram efetuadas com base no relatório da Assessoria Jurídica da Operadora.

(c) A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista que discute o reconhecimento de vínculo empregatício e de verbas trabalhistas e/ou rescisórias. Depósitos judiciais mencionados na nota nº 10 (b).

21. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Distribuição de Lucros

No presente exercício foi destinado aos sócios a título de distribuição de lucros, o montante de R\$ 1.021.081,18, de acordo com o que rege o estatuto da Companhia.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 23.a – CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social da Operadora em 31/dez./2020 era de R\$ 35.200.000,00 (trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas. Para a data de 31/dez./2021 é de R\$ 51.305.798,74 (cinquenta e um milhões, trezentos e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), representado por 13.093.356 (treze milhões e noventa e três mil e trezentos e cinquenta e seis) ações ordinárias nominativas. Os aumentos de capital ocorreram através de aportes de Capital nos montantes de R\$ 1.705.796,42 e R\$ 14.400.002,32, aprovados, respectivamente, em 12/abr./2021 e 29/jun./2021, com emissão de novas ações. Devidamente comunicado a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Nota 23.b – RESERVA DE LUCROS:

(i) Reserva Legal: Constituída obrigatoriamente pela Operadora com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que o valor atinja 20% do capital social.

(ii) Reserva Lucros: A Assembleia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, bem como a sua destinação.

Nota 23.c – AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:

Esta conta reflete as oscilações do mercado de títulos de renda variável e suas respectivas realizações.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social calculado com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	Exercícios	
	2021	2020
(-) Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.930.853,11	20.388.958,93

(+) Adições:

Contingências Tributárias/Cível/Trabalhista	1.245.528,15	2.493.784,11
Provisões de Balanço	0,00	4.510.335,79
Provisões sobre Perdas	515.306,75	1.016.987,54
INSS Verbas Indeniz./Auton. Dep. Judicial	648.938,23	682.933,07
Depreciações de Leasing	525.206,68	535.793,30
Despesas Financeiras de Leasing	113.181,90	121.968,82
Outras Adições	139.690,07	168.101,98
Sub-total	3.187.861,78	

D'Or, que permanecerá uma companhia aberta listada no Novo Mercado. A Rede D'Or, por sua vez, assumirá o controle das sociedades atualmente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA. A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as Companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odontológico, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio.

A Operação será oportunamente submetida às aprovações das Assembleias Gerais das duas Companhias e aos órgãos reguladores competentes, em especial Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Banco Central do Brasil - BCB.

Ricardo Bottas Dourado dos Santos
Igor Schultz
Juliana Cruz Caligiuri
Marco Antonio Antunes da Silva
Patrícia Quirico Coimbra
Reinaldo Amorim Lopes
Carlos Roberto Morteau
Alessandra Maia Marinho Basile
Fabiane Reschke
Gustavo Kohn Giometti

Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretora Vice-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretora Vice-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor Técnico
Diretora
Diretora
Diretor

DIRETORIA:

Heitor Augusto Pereira Barbosa
Juliano Kiguchi Tomazela
Laenio Pereira dos Santos
Luciano Macedo de Lima
Marcelo Suman Mascaretti
Raquel Dourado Imbassahy Conrad
Simone Cesena Duarte
Solange Zaquem Thompson Mottan
Tereza Villas Boas Veloso
Eduardo Haiduk

Diretor
Diretor
Diretor
Diretor
Diretora
Diretora
Diretora
Diretora
Contador CRC 28.379/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S/A.
Curitiba – PR

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S/A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentados para efeitos comparativos foram anteriormente por nos auditados, por ocasião da emissão do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem modificação, datado em 26 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2022.

LINK AUDITORES E CONSULTORES
CRC-PR Nº 8528/O-8
FABIANO RICARDO PEREIRA
CONTADOR CRC-PR Nº 51.691/O-6

ATENÇÃO GESTOR

LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

BEM PARANÁ

abra legal
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL

